GT: Práticas de Educação Decolonial e Pragmática de Resistência.

TRANSFORMAÇÕES SOB O VIÉS DA DECOLONIALIDADE DA REPRESENTAÇÃO INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA APROVADOS NO PNLD 2023-2026

Marina Almeida Xavier[1]
Isaide Bandeira da Silva[2]

RESUMO: O objeto de investigação desta pesquisa são as imagens da população indígena presentes nos livros didáticos de História da quinta série aprovados no PNLD 2023-2026. O objetivo é analisar as transformações na representação dos povos indígenas sob o viés da decolonialidade, identificando de que forma as novas coleções incorporam perspectivas que rompem com o olhar eurocêntrico tradicional. Busca-se compreender se as imagens afirmativas dos povos originários ganham espaço frente às representações canônicas, como as de Jean Debret, que historicamente os congelaram no passado colonial. A pesquisa fundamenta-se em autores como QUIJANO (2000), WALSH (2013) e BANIWA (2007, 2013), e utiliza como metodologia a análise documental e iconográfica de oito coleções de livros didáticos de história da quinta série. Pretende-se, assim, contribuir para o debate sobre uma educação decolonial que valorize a diversidade étnico-racial e combata o racismo estrutural.

PALAVRAS-CHAVE: Povos indígenas. Livro didático. Decolonialidade.

INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei nº 11.645/2008 foi um marco na história da educação brasileira, sendo resultado da luta de movimentos sociais, sobretudo do Movimento Indígena, ao buscar a garantia da obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena na Educação Básica. Apesar disso, depois de quase vinte anos dessa conquista, ainda se faz necessário repensar o quanto as políticas públicas educacionais, a exemplo do Programa Nacional do Livro e do Material Didático

[1] Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, marina.xavier@aluno.uece.br
[2] Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, isaide.bandeira@uece.br

(PNLD) têm realmente promovido a decolonização dos saberes e das imagens sobre os povos originários.

Sobre isso, uma imagem decolonial ou afirmativa se diferencia de uma imagem canônica por se afastar de padrões eurocêntricos de representação. Enquanto as imagens canônicas reproduzem a centralidade de corpos e de valores brancos e europeus, as decoloniais buscam valorizar identidades, culturas e saberes historicamente marginalizados. Como aponta Walsh (2013), a decolonialidade propõe uma novo estilo de resistência e reexistência, desafiando o olhar colonial.

Por muito tempo, os livros didáticos de História foram construídos sob uma perspectiva colonial do saber, privilegiando narrativas produzidas por uma epistemologia eurocêntrica. Essa narrativa reforçou o lugar do indígena como figura do passado, cristalizado no tempo como uma espécie exótica, retratada principalmente nas obras de artistas como Jean Baptiste Debret, em que as representações visuais fixavam uma imagem estereotipada do indígena como um sujeito passivo, primitivo e disperso da atualidade (MATOS, 2010; FONTELES FILHO, 2003).

De acordo com Quijano (2000), a "colonialidade do poder e a colonialidade do saber" permanecem como estruturas que organizam as formas de produção do conhecimento e as relações sociais, mantendo superioridades raciais e culturais que contribuem para a manutenção do pensamento eurocêntrico. A esse respeito, Walsh (2013) propõe a decolonialidade como um projeto ético, político e epistemológico que visa construir outras formas de existência, saber e poder, baseadas em epistemologias do Sul e no reconhecimento dos povos indígenas.

Na área educacional, a colonialidade do saber se evidencia na manutenção de currículos e materiais didáticos que priorizam o conhecimento científico, racional e moderno, em oposição aos de saberes tradicionais (PAIM et al., 2019), deixando de lado a visibilidade aos povos indígenas. Por isso, é fundamental repensar as representações que os livros didáticos difundem, especialmente as visuais, já que as imagens têm um papel importante na construção de imaginários sociais sobre os povos indígenas (CHOPPIN, 2004). Ademais, a ideia de Baniwa (2007, 2013) contribui para essa necessidade de construir uma educação intercultural e decolonial, que valide as formas de conhecimento dos povos indígenas e as valorize como parte da história do Brasil.

Assim, a pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica, documental e empírica. Serão realizadas leituras e fichamentos de autores que tratam das temáticas centrais, como Quijano, Walsh, Baniwa e Choppin. Em seguida, será feita análise documental do Edital do PNLD 2023–2026, da BNCC e das Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Na etapa empírica, serão

examinadas oito coleções de livros didáticos de História do 5º ano, identificando e classificando as imagens indígenas decoloniais. Os objetivos da pesquisa são: Conceituar, à luz da historiografia recente, os temas de representação, povos indígenas, livro didático e decolonialidade, identificar as imagens dos povos indígenas nos livros didáticos de História da quinta série aprovados pelo PNLD 2023–2026, observando aquelas sob o viés decolonial e sua relação com a presença indígena na contemporaneidade e analisar, a partir da perspectiva decolonial, como as representações podem romper com a história única eurocêntrica ainda presente em muitos materiais escolares.

Por fim, serão analisadas oito coleções livros didáticos de História do 5º ano aprovadas no PNLD 2023-2026, sendo elas: A Conquista, Aprender Juntos, Bem-me-quer Mais, Bons Amigos, Buriti Mais, Quatro Cantos, Gosto de Saber e Da Escola Para o Mundo. A justificativa para essa escolha é que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) passou a estruturar o ensino da Educação Básica com base em competências e habilidades. Para cada etapa do Ensino Fundamental, foram definidas Unidades Temáticas específicas a serem desenvolvidas. No caso do 5º ano do Ensino Fundamental, existe uma exigência legal de que os livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) cumpram as seguintes determinações:

> "COMPETÊNCIA ESPECÍFICA DE HISTÓRIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. UNIDADE TEMÁTICA: Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social. OBJETOS DE CONHECIMENTO REFERENTE A UNIDADE TEMÁTICA ACIMA: O que forma um povo: do nomadismo aos primeiros povos sedentarizados; As formas de organização social e política: a noção de Estado; O papel das religiões e da cultura para a formação dos povos antigos; Cidadania, diversidade cultural e respeito às diferenças sociais, culturais e históricas; HABILIDADES: (EF05HI01) Identificar os processos de formação das culturas e dos povos, relacionando-os com o espaço geográfico ocupado. (EF05HI02) Identificar os mecanismos de organização do poder político com vistas à compreensão da ideia de Estado e/ou de outras formas de ordenação social. (EF05HI03) Analisar o papel das culturas e das religiões na composição identitária dos povos antigos. (EF05HI04) Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos. (EF05HI05) Associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos e das sociedades, compreendendo-o como conquista histórica" (BRASIL, 2018, p. 415).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Espera-se que os livros didáticos de História destinados ao 5º ano apresentem representações imagéticas e textuais dos povos indígenas, valorizando suas culturas, formas de organização e concepções de tempo e história, trazendo também uma perspectiva decolonial. Assim, a escolha por essa etapa de ensino justifica-se justamente por ser o momento em que a BNCC propõe explicitamente o reconhecimento dos povos originários como sujeitos históricos. Desse modo, objetiva-se verificar se essas representações estão presentes nos livros aprovados pelo PNLD 2023–2026 e se dialogam com uma perspectiva decolonial, contrariando a hipótese de que ainda há sub-representação dos povos indígenas nas narrativas didáticas.

Atrelado a isso, atendendo às diretrizes do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), evidencia-se que, desde 1995, muitos livros didáticos passaram a apresentar as diferentes dimensões do conhecimento histórico, ampliando a difusão do saber para além do olhar eurocêntrico. No entanto, novamente parte-se da hipótese de que os povos indígenas ainda permanecem sub-representados nas coleções adotadas pela Educação Básica.

Nesse cenário, a educação, principalmente através dos livros didáticos de História, posiciona-se como um espaço fundamental para incentivar uma reflexão crítica sobre questões étnico-raciais, possibilitando o reconhecimento dos povos originários como protagonistas históricos.

Assim, espera-se que as novas coleções de livros didáticos de História destinadas a quinta série aprovadas pelo PNLD 2023–2026 abordem essa temática de forma abrangente e crítica, incorporando uma perspectiva decolonial que desafie as narrativas eurocêntricas ainda predominantes no ensino da História, indo de encontro com a hipótese da pesquisa, de sub-representação dos povos originários.

Portanto, a pesquisa ainda está em andamento, com previsão para elaboração e publicação de um artigo sobre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se que ocorrem avanços tímidos, mas significativos, no processo de superação de uma narrativa histórica centrada na visão eurocêntrica. Ainda que as novas coleções apresentem tentativas de incluir os povos originários como sujeitos históricos, as permanências coloniais são ainda se fazem presentes, sobretudo nas imagens e descrições que continuam a associar o indígena ao passado ou à figura do “exótico”.

Constata-se que as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) e da Lei nº 11.645/2008 abriram caminhos para a inserção da temática indígena na matriz educacional, mas nem sempre isso se reflete em uma abordagem decolonial efetiva. Assim, essa pesquisa mostra que romper com a colonialidade do saber implica reconstruir epistemologias, práticas e linguagens que possam valorizar a diversidade e o protagonismo dos povos indígenas. A decolonialidade, nesse contexto, não se limita ao repasse de novos conteúdos, mas propõe uma transformação na forma de narrar, ensinar e representar a história.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília, DF: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2007.

BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. **Educação escolar indígena e interculturalidade: reflexões a partir da experiência Baniwa.** Brasília, DF: MEC, 2013.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 15 out. 2025.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549–566, set./dez. 2004.

FONTELES FILHO, José de Ribamar. **Imagens do Brasil nos livros didáticos: um estudo sobre identidade nacional e cultura escolar**. Fortaleza: EdUECE, 2003.

MATOS, Maria Izabel de. Imagens e representações do índio na escola: o livro didático como mediador cultural. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 334–352, maio/ago. 2010.

PAIM, Elenita; SILVA, Michele de Jesus da; SANTOS, Ana Paula de Oliveira dos. A colonialidade do saber e a educação: um olhar decolonial. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 78, p. 437–454, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201–246.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito: Abya-Yala, 2013.